



Valor Econômico – 26 Nov 2003

Royalties do petróleo podem financiar fundação

Uma minuta de Medida Provisória que cria a Fundação de Estudos de Planejamento Energético (Fepe) obtida pelo Valor, prevê a utilização de recursos da Participação Especial (PE), imposto que incide sobre a produção de petróleo em campos gigantes, e da contribuição financeira e royalties para financiamento da Fepe. A minuta, uma das que circulavam na sexta-feira junto com a MP do novo modelo, considerada "apócrifa" pela ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff (ver matéria ao lado), não esclarece se os royalties virão do pagamento pelo uso da água ou do petróleo.

No setor, são várias as interpretações quanto à origem dos documentos. Segundo o raciocínio de alguns, teriam sido vazados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), que aparentemente perdem autonomia e poder no novo modelo. Para outros, o conteúdo das minutas ainda será discutido e refeito a "quatro mãos" por Rousseff e pelo secretário do Tesouro, Joaquim Levy. "A ministra quer acertar e por isso o novo modelo não pode ser isso que está circulando", aposta uma fonte do mercado. **"Ainda bem que essa minuta é apócrifa porque se fosse verdadeira o desastre seria total", afirma Claudio Sales, da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica.**

O ex-secretário de energia do MME, Afonso Henriques, é um dos poucos que aceitaram comentar abertamente a MP da Fepe. Na cópia obtida por Henriques, que segundo ele foi passada por "amigos do MME", o artigo terceiro altera a redação dos artigos 4º, 5º e 6º da Lei 9.991/2000, que destinava parte do 1% da receita líquida das concessionárias para aplicação em pesquisa e desenvolvimento.

Para Henriques, essa minuta "acaba com uma das conquistas obtidas pelo governo passado", já que destinava 25% dessa receita às próprias distribuidoras para que investissem em pesquisa e desenvolvimento e em programas de conservação de energia. "Essa era uma forma de burlar o contingenciamento dos recursos destinados aos fundos setoriais do Ministério da Ciência e Tecnologia, e que permitiu diversificar a base de pesquisas no Brasil, que antes era concentrada em Brasília e nas grandes universidades", lamenta Henriques, professor da Universidade Federal de Itajubá.

Na cópia da MP obtida pelo Valor não consta esse artigo. É possível notar no documento, que ainda estava em estado bruto quando foi vazado, um aumento do controle do MME também no setor de petróleo. Isso porque entre as diversas atribuições da Fepe, cujo estatuto deverá ser aprovado por decreto, estará a de gerenciar a política nacional de reservas de hidrocarbonetos; entre outras funções como o levantamento e identificação de recursos energéticos.

O economista Adriano Pires, ex- assessor da Agência Nacional do Petróleo (ANP), que hoje comanda o Centro Brasileiro de Infra Estrutura (CBIE), critica a MP e acha que o Governo terá antes que mudar no Congresso a Lei do Petróleo, 9.478/97, que estabelece a destinação da arrecadação de royalties e participação especial.